

## TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A PERCEÇÃO GEOGRÁFICA DOS LUGARES

Herbe Xavier<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A virada do milênio está sendo marcada por grandes transformações em todos os aspectos da vida dos homens, repercutindo na definição de novos valores, no aparecimento de novas necessidades e na alteração dos hábitos de consumo. Os centros de produção industrial vêm sendo substituídos por importantes centros de consumo, de serviços financeiros e econômicos, por grandes centros de comércio e pela proliferação de parques temáticos.

A economia pós-industrial vem, conseqüentemente sendo caracterizada pela predominância das atividades de serviços, além da automação nas indústrias, da informatização dos processos burocráticos e de uma busca incessante da natureza. Amplia-se o período dedicado ao tempo-livre. Surgem novos paradigmas e novos valores são incorporados à sociedade pós-moderna.

Todas essas transformações vêm ressaltar a importância do turismo na sociedade pós-moderna. Criam-se necessidades de fuga ao cotidiano, à procura de lugares mais saudáveis e de um contato mais estreito com a natureza. O lazer e, em especial, as viagens são incorporadas à vida dos homens, como necessidades fisiológicas para a reprodução de energia física e mental.

Previsões da Organização Mundial de Turismo apresentam indicadores de que o movimento de turistas no mundo passará dos 528 milhões de pessoas que se deslocaram em 1995 para cifras da ordem de 1.018 milhões em 2.010. Para o ano de 2.005 as previsões apontam que o turismo poderá gerar emprego para 305 milhões de pessoas através de cinquenta e dois setores da economia.

Tudo isso, vem refletir na organização dos espaços, tanto nos urbanos quanto nos rurais. Registram-se consideráveis preocupações na procura da qualificação de áreas para atender à demanda do tempo livre e do lazer.

Seguindo as linhas gerais do capitalismo corporativo hegemônico, o turismo se expande subordinando-se aos grandes centros de decisão da economia. Modernamente, o turismo se organiza em forma de "clusters", constituindo aglomerações geográficas de empresas com equipamentos, serviços de qualidade e excelência de gestão, competindo com os grandes mercados.

Entretanto, segundo os registros da Organização Mundial do Turismo, a nível global, a atividade turística ligada aos grandes centros representou cerca de 90% em 1990. Entretanto, apresentou uma considerável queda, passando para apenas 60% no ano 2000. Ressalte-se que esses dados indicam a possibilidade da expansão de formas alternativas, a exemplo do desenvolvimento local que, valorizando o município, constitui uma via mais coerente para o envolvimento de uma comunidade com o turismo.

### O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A concepção de estratégias de desenvolvimento local pelo turismo encontra-se no nível de micro-regiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas e médias ou mesmo de vilas e povoados onde são fortemente sentidas as mediocridades de condições de vida, traduzidas no êxodo e na pobreza. (Rodrigues, 1997)

Nas regiões carentes ou estagnadas são acatadas as atividades turísticas com vistas à correção dos desníveis de desenvolvimento, na expectativa de que elas possam proporcionar um aumento na geração de renda e de empregos e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da população.

Benevides (1996) postula que o turismo com base no desenvolvimento local, se contrapõe ao modelo dominante em vários países como o Brasil, conectado com o processo de globalização e que acarreta tendências ambientais degradantes. Segundo esse autor, a manutenção da identidade cultural dos lugares constitui uma via mais democrática de desenvolvimento e que acarreta tendências ambientais menos degradantes. Ressalte-se, a manutenção da identidade cultural dos lugares tendo na comunidade os atores do processo, favorece o estabelecimento de pequenas operações com baixos efeitos impactantes de investimentos.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia. Professor da Escola Superior de Turismo da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

No mesmo sentido, Portuguese (1999) ao tratar do turismo e desenvolvimento local estudando o turismo rural, comenta que os modelos tradicionais de acumulação não se incomodam com os custos sociais e ambientais. Nesse sentido, destaca que o turismo não necessariamente, rompe com o ideal de acumular rendimentos mas, considera, a conservação ambiental, a salvaguarda do patrimônio e a manutenção das peculiaridades culturais de cada coletividade.

Para Cavaco (1996) o turismo ligado ao desenvolvimento local se assenta na revitalização e na diversificação da economia. Possui plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito no sentido de assegurar melhores condições de vida. Apresenta, também, considerável êxito na valorização da produção agrícola além de favorecer os planos de desenvolvimento do artesanato e de outras atividades ligadas ao turismo e à cultura, a exemplo das feiras e das festas tradicionais e populares.

Cavaco destaca que os modelos de crescimento apresentam fundamentos essencialmente quantitativos dos fatores de produção, tais como, os recursos naturais, a mão-de-obra, o capital e a tecnologia. Fundamentam-se também nos efeitos da aglomeração da produção e de sua proximidade dos mercados. Diante disso acrescenta que ficam marginalizadas muitas questões ligadas às condições sociais, culturais, psicológicas e ambientais.

Além disso, tais modelos têm, por vezes, gerado efeitos negativos do próprio crescimento, a exemplo da externalização e socialização dos custos ambientais, como o uso intensivo dos recursos naturais que levam aos limites da sustentabilidade, ocasionando o desemprego, a violência e os bolsões de pobreza. Portanto, é pois, sugerido por Cavaco formas alternativas de turismo que possam estimular a implantação de pequenas e médias empresas e manutenção de unidades artesanais de produção de bens e serviços.

Ao lado de tudo isso, particularmente, são lembrados dois fatos, resultantes das grandes transformações deste final de século e que sobremaneira refletem na valorização do potencial dos lugares: o retorno à natureza e a revalorização dos aspectos culturais.

A revolução industrial estimulou o crescimento das cidades em todo o mundo. Os grandes complexos urbanos industriais, psicologicamente, significaram uma verdadeira prisão para os homens. Como conseqüência, resultaram crises que conduziram à situações de fadigas, como o estresse urbano. Como resultado, as pessoas se deslocam à procura da liberdade, de lugares onde possam usufruir de um espaço natural com paisagens menos modificadas. Tal situação vem proporcionar a valorização das segundas residências e, especialmente, do turismo orientado pela natureza. A natureza oferece locais para contemplação, para aventura, para esportes ao ar livre e para as pesquisas.

Estimou-se que o turismo orientado pela natureza envolveu cerca de 38 milhões de pessoas, representando 10% do fluxo mundial, em 1990. No ano 2.000 esse segmento passou a envolver mais de 240 milhões de pessoas e a representar 40% do fluxo mundial. Na escala de valores financeiros, passou de 16 milhões em 1990 para 120 milhões de dólares em 2.000.

O outro aspecto, que se registra é o redespertar dos valores culturais, valorizando as manifestações antropológicas, religiosas, artísticas, folclóricas, artesanais e históricas. Segundo Pellegrini Filho, (1999) o significado de patrimônio cultural é muito amplo, pois inclui produtos do sentir, do pensar e do agir humanos.

A importância do turismo orientado pelos valores culturais se reflete pelo valor para o conhecimento de uma região, de uma época ou de um estilo de vida através do valor simbólico e representativo de uma coletividade, assim como das manifestações folclóricas e da arte popular.

No caso brasileiro, apesar da preocupação pelo patrimônio cultural datar-se da década de trinta, portanto mais antiga que a preocupação com preservação do meio ambiente natural, que se manifestou na década de setenta, não há dúvidas de que nessas últimas décadas o turismo cultural passou a receber uma mais profunda valorização.

Além de todas essas considerações que se traduzem no valor do turismo local, surge outro aspecto de consideração extremamente relevante: o envolvimento da comunidade. A comunidade local tem oportunidades de envolvimento em todas as fases do processo de implementação do turismo, bem como na tomada de decisão sobre o planejamento. Portanto, considera-se de fundamental importância a participação comunitária nos processos de inventário e no planejamento, a nível municipal.

## **NATUREZA DO PROBLEMA**

O problema desse estudo é colocado na procura das respostas que a comunidade de um lugar atribui ao turismo, visto que essa atividade vem, de modo expressivo, envolvendo diversas novas localidades afastadas das tradicionais áreas turísticas.

Além disso, o turismo e desenvolvimento local representa uma modalidade bastante coerente com a realidade de vários países do Sul, especialmente do Brasil por sua grande dimensão e pela existência de um grande número de núcleos de pequeno porte mas, possuidores de atrativos e dispersos pelo território. Atende ao aspecto da interiorização do turismo, até então concentrado na orla litorânea seguindo as linhas definidas pelos centros de decisão do capitalismo corporativo hegemônico. Acrescenta-se, ainda, que essa estratégia de turismo ligada ao desenvolvimento local, além de possibilitar o deslocamento regional de pessoas, através de distâncias mais curtas, irá privilegiar os lugares, possibilitando oportunidades para pequenos investidores, para o uso mais durável dos recursos e para a manutenção das identidades locais.

Assim, este estudo voltado para o turismo e desenvolvimento local, tem como objetivo geral o conhecimento da conduta e das atitudes das pessoas frente à implementação dessa atividade.

O direcionamento do objetivo do estudo partiu do pressuposto de que as pessoas colocam-se à mercê da incerteza sobre a prosperidade de suas localidades em relação ao turismo. São ainda carentes os conhecimentos sobre essa atividade, talvez, pelo fato de ser o turismo uma atividade de valorização recente, ou pelo fato de que, de um modo geral, as escolas negligenciaram as informações sobre o turismo. Faltam, portanto, as condições necessárias para uma tomada de consciência a seu respeito.

Tal pressuposto nos leva à necessidade de conhecer as relações que são formadas entre os moradores locais e o turista, bem como as relações entre aquelas pessoas e os recursos turísticos ao serem implementados como produtos utilizados pelo turista.

Entende-se que vários fatores exercem influência nessas relações. Entre eles destaca-se o fato da comunidade local trabalhar para que o turista possa se divertir. São também expressivos os impactos sócio-ambientais a exemplo da possibilidade de perda da identidade cultural dos moradores locais, das ameaças de degradação do patrimônio cultural e natural, da temporalidade das possibilidades de trabalho e, ainda, da ocorrência de situações ligadas à prostituição, ao comércio de drogas e a outros problemas comportamentais.

Tudo isso, nos leva à preocupação no sentido de identificar alternativas de organização dos habitantes locais para que possam sistematizar formas de ajustamento. Nesse sentido destacamos como objetivo específico desse estudo, a identificação dos valores que os moradores locais atribuem ao turismo e a sua avaliação a partir dos impactos produzidos pelo característico movimento das pessoas.

Nesse propósito, colocamos várias indagações a procura de respostas relacionadas aos valores que os moradores de uma localidade atribuem à implementação do turismo. Como os moradores percebem a chegada do turista? Qual é a consideração sobre o significado do turismo para o desenvolvimento local? Como os recursos tidos a nível de comunidade, como valor de uso, seriam considerados por seu valor de troca? Que ligações afetivas se estabelecem entre as pessoas e patrimônio natural ou histórico? Como a comunidade coloca suas manifestações folclóricas, artesanais e a culinária típica à disposição do turismo? As pessoas estão particularmente sensíveis ao turismo e desenvolvimento local ou estão mais ligadas ao turismo fora de seu território? Como os habitantes de um município identificam o turismo? Como fazem sua estimativa? Como fazem sua avaliação social em termos de risco-benefício ou de custo-benefício? Tais indagações constituem variáveis integrantes do problema formulado para pesquisa, cujo objeto de investigação é a percepção geográfica do turismo local.

Porém, ao considerar o desenvolvimento local, há de se destacar, fundamentalmente, o envolvimento da comunidade na atividade turística. A par disso. É sugerida a adoção dos estudos ligados à percepção geográfica que, atualmente, vem se destacando como uma abordagem significativa.

A percepção geográfica tem oferecido grandes possibilidades para os estudos do turismo. Essa abordagem tem sido empregada como uma das estratégias na tomada de consciência da população sobre a atividade, valorizando as experiências do homem em sua comunidade, procurando conhecer e explicar as atitudes e valores atribuídos ao patrimônio natural ou cultural. Consequentemente, seu estudo assume um caráter social, já que, além dos componentes paisagísticos naturais e construídos, engloba ainda as manifestações cognitivas e afetivas do homem.

## **A PERCEPÇÃO GEOGRÁFICA DO TURISMO**

Os estudos sobre a percepção, como uma das alternativas de abordagem em Geografia, desenvolveram-se devido à preocupação no sentido de conhecer e de explicar as atitudes e os valores da população frente ao meio ambiente. A pauta fundamental para a percepção geográfica é o espaço que, segundo Gibson (1950), não é um vazio com linhas que se conectam em ângulos retos, mas sim, o espaço em que se situam as habitações, os caminhos e as regiões. É o mesmo espaço em que os homens caminham,

pilotam aviões, valorizam as paisagens e se deslocam para o lazer. Assim, a compreensão cognitiva do espaço torna-se abrangente, razão pela qual ela tem constituído a preocupação de muitos geógrafos ligados aos estudos da percepção.

A compreensão cognitiva do espaço geográfico é tratada por Oliveira (1977) que considera seu conhecimento, além de preso ao geométrico, cinemático e físico, liga-se, também, ao psicológico, perspectiva que, se bem considerada, oferece subsídios para maior entendimento das interações que as pessoas estabelecem com o meio ambiente.

O conhecimento do espaço, de seus objetos e de sua movimentação, segundo Vernon, (1971) que deve ser valorizado, uma vez que possibilita a sensação de segurança e permite o aparecimento de respostas em formas apropriadas, nos momentos de tomada de decisões.

Através da experiência, procura o homem, conhecer seu meio ambiente. Apreende formas de ação para seu uso, sua valorização e, quando necessário, para assumir atitudes em relação a ele. É assim que integra-se o homem em seu meio ambiente.

Isso concorre para que, a compreensão do espaço geográfico se torne complexa. As relações das pessoas com o meio ambiente, do qual fazem parte, processam-se, também, a partir da percepção que dele se tem, das atitudes nela tomadas e dos valores a ele atribuídos. São extremamente variadas as maneiras das pessoas perceberem e avaliarem o meio ambiente. Do mesmo modo, são inconstantes as atitudes das pessoas pois, refletem elas variações individuais, bioquímicas, psicológicas, antropológicas e, de modo relevante, seu estilo de vida.

Segundo Tuan (1980), os significados de percepção, de atitudes e de valores se superpõem e, se tornam claros dentro do próprio contexto expresso em cada um desses processos. Esse autor considera que a atitude, assumida frente ao mundo, é formada por longa sucessão de percepções e de experiências. As atitudes adotadas pelas pessoas para com o meio ambiente espelham seus interesses e seus valores, e refletem sua visão de mundo. Trata-se de uma experiência conceitualizada, parcialmente pessoal e, em grande parte social.

Sabe-se que os fatores culturais e o meio ambiente físico interferem na visão de mundo. Os conceitos cultura e meio ambiente se superpõem, do mesmo modo, que os conceitos homem e natureza, constituindo um todo. Para se conhecer a preferência ambiental de uma pessoa, mister é examinar sua herança biológica, sua educação, seu trabalho e seus arredores físicos.

Para a compreensão da configuração do mundo, é necessário que se estabeleça uma relação entre o observador e o observado. O meio ambiente, através de suas propriedades espaciais fornece informações. O observador, por meio de um sistema receptor visual, coleta estas observações cujo registro lhe permite o conhecimento do mundo físico.

Gibson (1950) explica o processo visual por meio de uma seqüência de eventos que iniciam por onde começa a percepção, com objetos físicos, a luz e o olho. Inicialmente é registrada uma ordenação de superfícies físicas contendo objetos que, se iluminados, refletem a luz. A reflexão da luz, processando-se do modo diferenciado pelas superfícies do mundo e dos objetos irradia-se livremente no ar e incide na córnea, passando pela pupila, para em seguida formar uma imagem na retina. Diminutas células retinianas registram continuamente a imagem, que é transmitida pelo nervo ótico até o córtex cerebral, onde se produz a visão e se processa a percepção.

A grande contribuição de Gibson para o campo da percepção espacial foi a distinção de um campo visual sentido e de um mundo visual percebido. (Xavier, 1990)

O mundo visual é euclidiano. Não tem limites. De caráter panorâmico, ele nos rodeia por todo o espaço dos 360 graus. Não tem centro. É percebido pelo movimento rápido dos olhos de um ponto a outro. Os objetos e superfícies que os compõem são sempre claros, detalhados e apresentam forma e profundidade.

A percepção do mundo visual realiza-se a partir de duas condições. Inicialmente tem-se a percepção de um mundo espacial e a seguir a de um mundo das coisas úteis e significativas.

O mundo visual espacial é o mundo das cores, superfícies, bordas, pendentes, formas e interstícios. Para este mundo nossa percepção é literal. O mundo das coisas úteis e significativas é mais familiar. É o mundo dos objetos, lugares, pessoas, sinais e símbolos. Constitui uma situação complexa e torna-se difícil prestar atenção em seu conjunto. Neste caso, a percepção é seletiva e esquemática.

O campo visual apresenta um agrupamento de objetos familiares em lugares e distâncias precisos. Os limites são evidenciados e orientados pelas margens. O espaço sentido pelo campo visual estende-se por

um ângulo de 180 graus lateralmente e 150 graus verticalmente. O campo visual apresenta uma cena em perspectiva exibindo objetos aproximadamente sem profundidade e com qualidade pictorial.

Os estudos de Gibson destacam-se, ainda, como importantes na percepção geográfica ao se referir ao fato de que os objetos percebidos no espaço apresentam significados. Gibson, enquanto psicofísico, ofereceu orientações teóricas para o entendimento da percepção visual do espaço. Acumulou provas experimentais referentes aos efeitos das atitudes dos observadores, influências da cultura e a organização sensorial sobre a percepção, destacando as relações entre as informações do meio ambiente e a percepção. Enfim, proporcionou esclarecimentos necessários sobre a formação da imagem, relacionando seus estudos à psicologia dos significados. (Xavier, 1991).

A psicologia dos significados, identifica várias situações: o significado primitivo concreto, pelo qual a criança se manipula o objeto; o significado de uso, para a satisfação de necessidades, como objetos de alimentação ou de trabalho e, por extensão, ao de uso para o lazer; o significado de instrumentos, que são os artefatos e construções; os emocionais, que tomam uma forma atrativa ou repulsiva; o de sinais pelos quais um objeto sugere outro não significativamente presente; o de símbolos abstratos como o dinheiro e a bandeira. Esta lista de significados, segundo Gibson, não se esgota em si mesma. O mundo visual está saturado por muitas classes de significados e parece adquirir mais à medida que vivemos.

Os significados interferindo na percepção do espaço, modificando ou selecionando propriedades, constituem, traços fundamentais no sentido de contribuir para o entendimento da percepção geográfica do turismo, destacando-se os fatos de interferirem na definição dos componentes naturais ou culturais tidos como valor de uso para uma comunidade; de repercutirem na identificação dos atrativos turísticos, ou seja, objetos com valor de mercadoria; de explicarem as relações afetivas que se estabelecem entre as pessoas e o lugar, ou de influenciar em uma comunidade para receber o turista.

A influência dos significados na percepção do espaço relaciona-se também com a idéia expressa por Tuan (1980) de que cada indivíduo estrutura seu espaço geográfico em torno de si próprio, parece universal. Os seres humanos, individualmente ou em grupo, tendem a estruturar o mundo tendo o "self" como o centro. Com isso, o mundo se orienta por uma série de significados e de valores irradiados da própria pessoa ou de seu grupo. A percepção geográfica dos lugares, segundo o autor é uma arte. Sua avaliação envolve a cultura e é influenciada pela arquitetura ou pela literatura. Entre as tendências atuais que influenciam na percepção dos lugares, colocam-se em evidência os sentidos ecológicos e sociológico, que podem afetar seriamente nossas reflexões e julgamentos. O encanto que os lugares oferecem é um prazer, se visto por meio de uma reflexão ecológica, mas pode ser incômodo, diante de críticas sociológicas.

Compreender um lugar, diz Tuan, envolve tempo e reflexão. Aprendemos desde crianças a perceber sempre mais com os olhos da mente. As informações dadas pelo meio ambiente motivam o pensamento. Quando a mente novamente focaliza o lugar, sua contemplação é sempre colorida e acrescida de estórias.

Em linha fenomenológica, o espaço geográfico percebido é orientado como se fôra um prolongamento do corpo do sujeito. Collot (1986) com base em Vexhüel, destaca três zonas distintas para esclarecer a maneira como o espaço geográfico é percebido. A primeira zona corresponde ao espaço imediato, situado até o raio de meio metro em torno do sujeito. A seguir, vem o espaço profundo, onde reinam as constâncias perceptivas até um raio de aproximadamente 8 Km do sujeito e, mais adiante, o espaço longínquo, onde as constâncias perceptivas se perdem.

O espaço imediato corresponderia ao campo visual geográfico do sujeito, no qual, segundo Gibson (1950), os componentes que os constituem são predominantemente sentidos. O espaço profundo corresponderia ao mundo visual, de onde, segundo o mesmo autor, se descortina o mundo visual geográfico que, pela variedade de objetos e formas apresentados, pode ser considerado o espaço por excelência, da percepção visual. Na dificuldade de perceber todos seus componentes, dar-se-á, neste espaço profundo uma seleção daquilo que é percebido. Já o espaço longínquo, que corresponderia a um prolongamento do mundo visual, não é percebido, porém, graças às atividades perceptivas, que estabelecem um contínuum entre a percepção e a inteligência, pode-se inferir que, esse processo permite a transposição daquilo que foi percebido em outros lugares.

Por extensão, torna-se coerente destacar que o campo visual postulado por Gibson, sendo sentido, relacionando com o espaço imediato dos sujeitos, corresponde à percepção geográfica dos lugares, a partir da percepção de seus moradores, com uma avaliação prática e afetiva dos recursos que dispõem para o turismo. Já o turista, que percebe o espaço de maneira diferente do nativo, como afirma Tuan (1980), tem a paisagem como se fosse para compor um quadro. Assim a percepção de seu mundo visual é o mundo acrescida de valores, muitas vezes relacionados a sonhos e fantasias.

A percepção deve ser encarada como a fase da ação exercida pelo sujeito sobre o meio ambiente. Assim sendo, o fenômeno perceptivo não pode ser estudado isoladamente, nem pode ser apartado da vida das pessoas.

Ao se processar, a percepção, além de permitir a interação do indivíduo com o seu meio ambiente, permite também, sejam elaboradas respostas apropriadas às mudanças e às incertezas que o meio ambiente oferece, respostas essas que se evidenciam pela cognição e pela inteligência.

Neste sentido, é de se ressaltar que a experiência e a visão do mundo desempenham importante papel no desenvolvimento da percepção geográfica do turismo e no desenvolvimento local. Daí, ser oportuno apontar de acordo com Park (1991) que a interação do indivíduo e seu meio ambiente é baseada em oportunidades e contradições. Segundo esse autor, as oportunidades provêm dos recursos e as contradições, por sua vez, decorrem dos riscos. Acrescenta que a percepção dos recursos difere, por vezes, de sua própria realidade, já que suas informações ao serem recebidas, vêm filtradas e, às vezes distorcidas. Tal fato cria uma incerteza perceptiva que, ligada às variedades espaciais, demonstra o caráter individual e seletivo da percepção. Tudo isso deve ser considerado, uma vez que, sendo o turismo uma atividade ainda nova, especialmente para a maioria dos municípios do interior do Brasil, não se conhece, ainda, muito bem, o que a comunidade possa chamar de oportunidades ou de contradições.

### **COMO AS PESSOAS PERCEBEM O TURISMO LOCAL?**

Um aspecto a ser destacado refere-se a fato de que a percepção geográfica do turismo é bastante complexa, já que a atividade envolve vários segmentos das atividades humanas atingindo diferentes grupos de pessoas, tais como os planejadores, políticos, profissionais, o turista e, evidentemente, a comunidade local. Tal fato assume uma grande relevância já que a visão dos técnicos que estudam o turismo, nem sempre tem considerado a conduta e as atitudes dos moradores dos núcleos receptivos. Consequentemente as orientações técnicas, nem sempre têm sido aceitas pelos usuários.

Entretanto, nossa preocupação além de recair sobre a percepção de todas as pessoas que são envolvidas com o turismo se acentua sobre a percepção dos moradores locais. A percepção dessas pessoas é influenciada por inúmeros fatores, tais como a possibilidade de trabalho, a renda, o conforto, a perda de privacidade, além do fato de ver seus bens de uso se transformando em verdadeiras mercadorias à disposição dos visitantes. Sendo a percepção individual e seletiva, as respostas dadas pela comunidade serão alteradas na medida em que a implantação do turismo local vai adquirindo maiores proporções.

Esse fato pode ser exemplificado através do esquema de Perre Eugene (apud Donaire, 2000), mostrando as várias fases pelas quais passa o processo turístico ao ser implementado em um determinado lugar, sendo, cada uma delas, marcada por diferentes modos de perceber.

O esquema proposto por Pierre Eugene retrata situações vivenciadas em pequenos núcleos receptores europeus e que, de certa forma se assemelham à situações comuns em diversas partes do mundo.

Quatro diferentes fases assinalam o referido esquema. A primeira fase é representada pelo processo de abertura e pelo grande interesse proporcionado à implantação do turismo, significando oportunidade de trabalho e de renda. A segunda fase é a da saturação, quando o fluxo turístico passa a ser visto como uma ameaça aos recursos e ao mundo vivido dos moradores do núcleo receptor. A terceira é tida como um momento de reparação, onde tenta-se analisar as oportunidades e as contradições oferecidas pelo turismo e, a quarta fase corresponde à reconciliação com o turismo, aos estudos pertinentes ao tema e aos cuidados referentes à preservação dos recursos naturais e culturais da localidade.

Com base no esquema de Pierre Eugene e, considerando que no momento, em países como o Brasil a interiorização do turismo se expande, mediante sua implantação em diversas localidades de pequeno e médio portes, algumas considerações tornam-se pertinentes e devem ser expressas.

Uma dessas considerações refere-se ao fato de que a população, mesmo identificando o turismo, seja pela presença de visitantes ou pelo uso dos recursos, não têm conhecimentos e informações suficientes sobre a atividade, seus valores e suas contradições, para que saiba assumir atitude acertada sobre seu envolvimento.

Outra consideração pertinente refere-se a quem ou o que seria responsável pelos recursos. Muitas pessoas se julgam isentas de responsabilidade. A tomada de consciência em relação ao turismo, ao uso e à conservação dos recursos locais é ainda precária. Ressalte-se que atividade é recente para a maioria dos municípios do interior do país e que em nossa formação escolar, a conscientização para o turismo foi negligenciada. Tanto os programas escolares como os livros didáticos deram ênfase às atividades do homem ligadas à agricultura ou à indústria. O turismo nem sempre era citado. (Xavier, 1999).

Assim, tomamos consciência da importância da agricultura ou da indústria na organização dos espaços dos homens. Sobre o turismo essa forma de conscientização não aconteceu. Portanto, não podemos esperar ações se a população não atingiu o limiar do conhecimento sobre o turismo. Necessário se faz estruturar programas educativos pelo turismo com o propósito de contribuir para uma standardização voluntária no tratamento dos problemas da qualidade na educação e na formação turística.

Por tudo isso, é importante que se conheçam a conduta e as atitudes das pessoas envolvidas com o turismo local, que se conheçam os valores que essas pessoas atribuem ao meio ambiente e que respostas são atribuídas ao uso dos recursos pelos turistas. O conhecimento da percepção geográfica dos lugares que recebem o turismo poderá exercer, também, grande contribuição no desenvolvimento de uma conduta ambiental do homem e na melhoria da qualidade de vida da população., bem como no conhecimento das diferentes formas de relacionamento entre os moradores e os valores locais. Ressalte-se, ainda, a importância da percepção geográfica do turismo, dada a natureza espacial da atividade ou pelo fato de que o turismo, ao acontecer, envolve o trabalho de diferentes grupos de pessoas.

O conhecimento da percepção geográfica do turismo em bases locais poderá exercer, também, grande contribuição no desenvolvimento de uma conduta do homem, no sentido de que a atividade turística possa se estabelecer visando uma melhor qualidade de vida da população. Contudo, o estudo sobre a percepção geográfica do turismo local constitui um tema aberto para as pesquisas, uma vez que sobre a indagação "como a comunidade local percebe o turismo" pouco ainda se conhece.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, Irleno Porto. "Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local" RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (org), Turismo e Desenvolvimento Local, São Paulo: HUCITEC, 1996, p.23-41.
- CAVACO, Carminda. "Turismo rural e desenvolvimento local" RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (org), Geografia e Turismo: reflexões teóricas e enfoques regionais, São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 95-121.
- DONAIRE, Denis. "Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo" LAGE, Beatriz Helena e MILONE, César (orgs), Turismo: teoria e prática, São Paulo: Atlas, 2000.
- FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. "Interpretação do patrimônio e cidadania: a participação da comunidade" Turismo: Tendências & Debates, n.2, Faculdade de Turismo da Bahia, 1999, p. 11-16.
- FARIAS, Gustavo V. "Interpretação do patrimônio e empregabilidade: uma relação para o desenvolvimento sócio econômico das localidades turísticas" Turismo: Tendências e Debates, n. 2, Faculdade de Turismo da Bahia, 1999, p.31-38.
- GIBSON, James J. The Perception of the Visual World, Boston: Houghton Mifflin, 1960.
- OLIVEIRA, Livia. "Contribuição dos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica" Revista: Geografia, v.2, n. 3, 1977, p. 61-72.
- PELLEGRINI, Filho. Ecologia, Cultura e Turismo, Campinas: Papyrus, 1999.
- PORTER, Michel E. Competição: estratégias competitivas essenciais, Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- PORTUGUEZ, Anderson P. Agroturismo e Desenvolvimento Regional, São Paulo: HUCITEC, 1999.
- RODRIGUES, Adyr Ballestrari. Turismo e Desenvolvimento Local, São Paulo: HUCITEC, 1997
- RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. "Planejamento Ambiental: bases conceituais, níveis e métodos"
- CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito, (org), Desenvolvimento Sustentável e Planejamento. Fortaleza: UFC, 1997.
- XAVIER, Herbe. "Contribuição de Gibson e Lynch para o estudo da Percepção Geográfica", Caderno de Geografia, V.2, N.1, 1991, p. 67-78.
- XAVIER, Herbe. "A dimensão do turismo no ensino da Geografia", Anais do 5º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia" Belo Horizonte: PUC/Minas, 1999, p. 59-61.